



Revista Brasileira de Enfermagem

ISSN: 0034-7167

reben@abennacional.org.br

Associação Brasileira de Enfermagem

Brasil

Vieira Lopes, Maria do Socorro; Barbosa Ximenes, Lorena
Enfermagem e saúde ambiental: possibilidades de atuação para a promoção da saúde
Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 64, núm. 1, enero-febrero, 2011, pp. 72-77
Associação Brasileira de Enfermagem
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019462011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Enfermagem e saúde ambiental: possibilidades de atuação para a promoção da saúde

Nursing and environmental health: possibilities of action for health promotion

Enfermería y salud ambiental: posibilidades de actuación para la promoción de la salud

Maria do Socorro Vieira Lopes^I, Lorena Barbosa Ximenes^{II}

^I*Universidade Regional do Cariri. Crato, CE*

^{II}*Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-graduação. Fortaleza, CE*

Submissão: 02/04/2009

Aprovação: 12/09/2010

RESUMO

Este estudo qualitativo objetivou compreender o significado de participação para os integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, CE, Brasil, subsidiando a promoção da saúde para um ambiente sustentável no que se refere aos recursos hídricos; refletir sobre a interface enfermagem/ambiente a partir do componente hídrico. Os sujeitos foram 18 representantes do comitê. Os dados foram coletados através de entrevista, analisados através do Discurso do Sujeito Coletivo. A compreensão de participação pelos sujeitos foi resumida no discurso síntese: participação envolve consciência social, informação, comunicação em busca de soluções que representem a coletividade. A interface da enfermagem no comitê se apresenta como uma possibilidade de ampliação de seu objeto ao incorporar o campo ambiental nas ações de promoção da saúde.

Descriptores: Participação cidadã; Recursos hídricos; Promoção da saúde; Enfermagem.

ABSTRACT

This qualitative study aimed at understanding the meanings of participation of the members of the Sub Watershed Committee of the Salgado River, CE, Brazil, subsidizing the health promotion for a sustainable environment as regards water resources; reflecting on the interface between nursing and environment focusing on the component water. The subjects were 18 representatives of the committee. Information were collected through interviews, analyzed by a collective subject's discourse. The understanding of participation by the subjects were summarized in speech synthesis: participation involves social awareness, information, communication in search of solutions that represent the community. The interface of nursing on the committee is presented as a possibility for extension of its object to incorporate the environment in the actions of health promotion.

Key words: Citizen participation; Water resources; Health promotion; Nursing.

RESUMEN

Este estudio cualitativo objetivó comprender el significado de la participación de los miembros de la Subcomisión del Comité de Cuenca del Río Salgado, CE, Brasil, subvencionar la promoción de la salud para un medio ambiente sostenible con respecto a los recursos hídricos, reflexionar sobre la interfaz de enfermería y el medio ambiente de la agua. Los sujetos fueron 18 representantes de la comisión. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas, analizadas a través del discurso del sujeto colectivo. La comprensión de la participación de los temas que se resumen en síntesis de voz: implica la participación de la conciencia social, información, comunicación en la búsqueda de soluciones que representan a la comunidad. La interfaz de la enfermería en la comisión se presenta como una posibilidad de ampliación de su objeto de incorporar el sector del medio ambiente en las acciones de promoción de la salud.

Descriptores: Participación ciudadana; Recursos Hídricos; Promoción de la salud; Enfermería.

**AUTOR
CORRESPONDENTE**

Cícera Maria do Socorro Vieira Lopes. Rua Quatro, 77 – Conjunto Sítio São João. CEP 60876-340. Fortaleza, CE.
E-mail: socorrovieira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A sensibilização global para as questões ambientais tem se apresentado como uma das preocupações crescentes nas últimas décadas do Século XX e nos primeiros anos do Século XXI.

Os problemas ambientais, marcados pela intervenção humana sobre a natureza, pelo aumento populacional, destruição de ambientes silvestres e nível de poluição que se origina da concentração e extensão das atividades de produção e consumo, influenciam sobremaneira a qualidade de vida da humanidade, pois a degradação ambiental significa uma ameaça aos sistemas de suporte à vida⁽¹⁾.

Dentre os problemas ambientais que entraram no cenário mundial, podemos destacar a crescente poluição química e seus impactos sobre a qualidade da água, do ar, do solo e dos alimentos, bem como o reconhecimento dos riscos ecológicos globais resultantes dessa poluição, como é o caso do efeito estufa ocasionando o aquecimento do planeta, a redução da camada de ozônio podendo aumentar o número de casos de câncer de pele⁽²⁾.

Podemos citar também como outros problemas ambientais a extinção de espécies, a destruição de florestas, a redução da biodiversidade e a previsão de escassez de recursos naturais básicos, como é o caso da água para consumo humano⁽¹⁾.

Assim, se faz necessário situarmos dentre a crise ambiental, a água para consumo humano, posto que dentre os maiores problemas relacionados à água, podemos citar a contaminação de mananciais, o que acarreta cada vez mais sua diminuição para consumo humano no mundo.

Sendo assim, a água para consumo humano já se apresenta como um problema para a humanidade, tanto em decorrência da falta de acesso, como pelo uso de água contaminada, colocando esta temática na agenda das discussões mundiais, o que preocupa cientistas do mundo inteiro, pois há estimativas de crise da água prevista para o ano de 2020⁽³⁾.

A água é considerada um elemento essencial à subsistência e às atividades humanas, sendo imprescindível à vida. Também se constitui um fator condicionante do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, o que a caracteriza como um elemento de inquestionável valor sanitário e social e sua escassez ou uso inadequado representa séria ameaça para o desenvolvimento sustentável e para a preservação do meio ambiente⁽⁴⁾.

A gestão das águas se dá através do Comitê de Bacia Hidrográfica que tem como função a gestão dos recursos hídricos de sua área territorial, trabalhando de forma planejada e organizada com vistas à captação, abastecimento, distribuição, despejo e tratamento da água consumida a partir das deliberações do colegiado que deve participar de todas as decisões⁽⁵⁾.

O Comitê de Bacia Hidrográfica tem em sua essência a participação das diversas esferas públicas e privadas. Esta participação envolve usuários, sociedade civil, organizada e representante de governos municipais, estaduais e federal para discutir, refletir e buscar soluções para a problemática dos recursos hídricos. Para tanto, é necessário o envolvimento dos profissionais de saúde, dentre estes os enfermeiros, pois a participação de todos é decisiva para o planejamento e execução de ações em torno da bacia, tratando os problemas sobre meio ambiente e recursos hídricos de forma integrada, visando assegurar às atuais e futuras

gerações água em quantidade e qualidade, com a finalidade de alcançar práticas conducentes com a promoção da saúde da população e com a sustentabilidade ambiental.

Nesse sentido, este estudo objetivou compreender o significado de participação para os integrantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, subsidiando a promoção da saúde para um ambiente sustentável no que se refere aos recursos hídricos, bem como refletir sobre a interface entre a enfermagem e a saúde ambiental a partir do componente hídrico.

MÉTODOS

Optou-se pela pesquisa qualitativa por oportunizar uma aproximação com as experiências construídas pelas pessoas envolvidas, o que viabiliza o investigador descrever, registrar, analisar e interpretar os fenômenos investigados⁽⁶⁾. A pesquisa foi desenvolvida no período de março a outubro de 2008, no contexto da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, que é composta por vinte e três municípios do sul - leste do Estado do Ceará, Brasil. Esta bacia por apresentar uma extensa área de abrangência foi subdividida em cinco microbacias. Selecionei para este estudo a microbacia três, por esta apresentar o maior número de delegados no comitê da sub-bacia hidrográfica, com um total de vinte representantes, além disso, os representantes dos poderes público federal e estadual concentram-se em sua maior parte nas cidades de Crato e Juazeiro do Norte, municípios que fazem parte dessa microbacia, o que justifica nossa escolha por este local de pesquisa.

Utilizamos na seleção dos sujeitos os seguintes critérios de inclusão: ser membro do comitê há pelo menos seis meses, terem participado das duas reuniões do comitê anteriores a coleta de dados, aceitarem voluntariamente participar da pesquisa mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. E como critérios de exclusão ser membro do Comitê há menos de seis meses, ter apresentado duas faltas consecutivas nas últimas reuniões do comitê que antecederam a coleta de dados.

Logo, participaram de nosso estudo dezoito representantes do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado, sendo oito representantes do poder público estadual e federal, um representante do poder público municipal, cinco representantes da sociedade civil e quatro dos usuários.

A coleta de dados aconteceu através da entrevista, mediante a seguinte questão norteadora: como o senhor(a) define participação? Poderia nos explicar o que isso significa para o senhor(a)?

Cada entrevista durou em média 50 minutos, dezessete delas foram gravadas, e duas respostas anotadas em diário de campo, pois os sujeitos não permitiram a gravação. Ao término, realizamos a escuta de cada fala para que os sujeitos pudessem validar suas respostas, ampliando, suprimindo ou acrescentando informações. Ressaltamos que escutar as entrevistas logo após sua realização nos possibilitou esclarecer respostas que mereciam serem detalhadas.

As respostas das entrevistas foram transcritas imediatamente após sua realização para que não perdêssemos informações importantes para a compreensão do fenômeno investigado e para a organização e análise dos dados obtidos, utilizamos como técnica o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), pois este busca abranger a discursividade, característica própria e indissociável do pensamento

coletivo, apresenta também como forma de análise a extração das Idéias Centrais (IC) e respectivas Expressões-chave (ECH) de cada depoimento para com estas compormos um ou vários discursos-síntese, denominado DSC⁽⁶⁾.

As expressões-chave são transcrições literais de parte dos depoimentos e permitem o resgate do essencial do conteúdo discursivo e as IC são definidas como um nome ou expressão lingüística que revela e descreve da maneira mais sintética, precisa e fidedigna possível o sentido das afirmações específicas presentes em cada um dos discursos analisados e em cada conjunto homogêneo de ECH, conjunto esse que vai dar origem, posteriormente, ao DSC⁽⁶⁾.

O DSC tem como finalidade, enquanto estratégia metodológica, visualizar com maior clareza uma dada representação que surge a partir de uma forma concreta do pensamento nos discursos dos sujeitos. Sua elaboração segue uma lapidação analítica de decomposição e é caracterizado, inicialmente, pela seleção das principais Idéias Centrais presentes nos discursos individuais e constituídos, posteriormente, em um único discurso, dando a idéia de que todos estão representados por uma única pessoa.

Ressaltamos que consideramos em todo o processo de investigação a abordagem ecossistêmica em saúde. Esta abordagem considera a ecologia e a promoção da saúde humana baseada na sustentabilidade ecológica, na democracia, nos direitos humanos, na justiça social e na qualidade de vida⁽⁷⁾.

Comprindo as exigências formais dispostas na Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, que dispõe sobre pesquisas envolvendo seres humanos, submetemos este trabalho à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Ceará - COMEPE, sendo o mesmo aprovado sob o número 19/08.

RESULTADOS

As respostas advindas dos entrevistados permitiram a construção do DSC apresentado a seguir:

Discurso do Sujeito Coletivo

Tem várias formas de participação, pois participação é consciência social, é poder opinar, dar sugestões, saber ouvir, refletir, dar sugestões, encaminhar propostas, discernir o que é melhor e votar, estando nos lugares onde há o processo de decisão coletiva. É a coisa mais importante que foi criada, porque descentralizou os trabalhos, é democracia, busca do consenso de forma trabalhada, é aglutinar forças para conseguir objetivos. Para haver participação efetiva, é preciso que as pessoas estejam presentes, envolvidas, informadas quanto às discussões para poder ter propostas de encaminhamentos. Então, participação está ligada ao nível de esclarecimento da população, as pessoas têm que entender porque estão ali. É um processo no qual o conhecimento é fundamental, pois você só participa se tiver conhecimento do que vai representar e discutir ter consciência da importância do seu papel para a tomada de decisão, saber que representa uma coletividade e não você mesmo é apresentar alternativas para atender a demanda da população.

Quando o DSC traz a questão da democracia, coloca o desafio histórico e teórico para a discussão desse processo, pois a redemocratização em nosso país se consolida com a Constituição

de 1988, consagrando a participação popular nas instâncias públicas a partir da inserção de diversos atores sociais nos debates e decisões, antes somente discutidos por representantes governamentais. Assim, a participação vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais dos processos de deliberação democrática em diversas políticas públicas, especificamente na política de recursos hídricos, a participação é fundamental para que as decisões representem a coletividade.

A participação pode ser entendida como um meio natural para que o ser humano possa se expressar, a partir de seu desejo e do interesse em criar e recriar, pois suas práticas envolvem o prazer e a valorização de si e do outro em um processo de interação. Participação é, portanto, vivências coletivas, processo que se dá de forma crítica e reflexiva⁽⁸⁾.

O DSC traz a concepção de participação associada à consciência social, informação, comunicação, envolvendo soluções para a coletividade. Percebemos que a participação por parte dos representantes do Comitê da Bacia, está atrelada ao direito da população em participar nas decisões que afetam sua vida cotidiana, o que se promove como espaço democrático para o controle social numa perspectiva de empoderamento individual e coletivo. Nesse sentido, a participação pode ser entendida como perspectiva de empowerment, pois empoderamento significa um processo pelo qual pessoas, comunidade e organizações obtêm controle sobre a realidade em que vivem, ou seja, ao passar por um processo de empoderamento as pessoas conseguem adquirir habilidades para agir, ocasionando mudanças e melhorias em sua realidade⁽⁹⁾.

O empoderamento é definido como "o aumento do poder pessoal e coletivo de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais"⁽¹⁰⁾. Nessa perspectiva da participação como consciência social inferimos que esta percepção se relaciona a envolvimento, fazer parte de um grupo em defesa de uma causa, tomando parte dos processos decisórios contribuindo para o benefício de um grupo ou coletividade. Portanto, a participação de diferentes atores contribui para que se possa criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas.

Entendemos também que ao tratar a participação como consciência social e soluções para a coletividade, estas pessoas passam pelo entendimento da participação associada ao exercício de cidadania, cujos diversos atores sociais e sujeitos de direitos intervém pelo bem-estar de todos, portanto participação é processual, com atividades que permeiam a identificação de necessidades, planejamento, avaliação para a tomada de decisões⁽¹¹⁾.

Estas definições de participação estão de acordo com o que trata a abordagem ecossistêmica em saúde e ambiente, pois estamos abordando a participação com envolvimento, autonomia para tomada de decisões, participação social que é compreendida nessa abordagem como a integração de todas as pessoas interessadas e responsáveis pela resolução dos problemas. Assim, esse conceito amplia o foco da discussão na qual abrange a noção de "participação popular ou comunitária", na medida em que inclui as pessoas do povo que estão sofrendo os problemas de saúde e ambiente e também incluem autoridades públicas, empresários, gestores e funcionários, todos colaborando com sua parte específica para criar uma perspectiva saudável⁽⁷⁾.

Entendemos que a partir das vivências coletivas, os sujeitos de

nosso estudo, ao compartilharem seu saber e suas práticas em processo dialógico, com informação e comunicação, deliberando ações que favoreçam a coletividade, estão em processo de construção de sua autonomia para a tomada de decisões que favoreçam o coletivo, atingindo o grau de participação de co-gestão, um dos graus mais elevados de participação⁽⁸⁾.

Logo, a partir de várias formas de participar no comitê, buscando consenso, induzindo ações, esclarecendo a população sobre a importância de participar do comitê em busca de soluções para a coletividade, se consegue participar com consciência social, gerando empoderamento a todos os envolvidos, assim, se chega a promoção da saúde, posto que ao se empoderar, alcance o desenvolvimento de habilidades pessoais e o reforço da ação comunitária, dois campos de ação importantes dentre os cinco campos de ação da promoção da saúde.

O reforço da ação comunitária é definido como o processo de desenvolvimento, na comunidade, da capacidade de controle e de habilidades para gerar mudanças nos condicionantes sociais da saúde, através da mobilização coletiva⁽¹²⁾.

Nas várias Declarações, que compõem os documentos direcionados à Promoção da Saúde, tem-se abordado o tema do reforço comunitário e do empoderamento. Tanto a Carta de Ottawa como a Declaração de Adelaide fazem referência a ação comunitária como o ponto central da promoção de políticas públicas saudáveis, em que a comunidade busca a posse e o controle de seus próprios esforços e destinos. Nessa mesma direção, a Declaração de Sundsvall propõe reforçar a criação de ambientes favoráveis a saúde, focalizando a interdependência entre saúde e ambiente, trazendo as questões ambientais para as agendas da saúde. A Declaração de Bogotá sugere que a ação comunitária poderia fortalecer a participação da população nas decisões que afetam a sua vida para optar por modos de vida saudáveis a partir do diálogo entre diversos saberes. A Declaração de Jakarta reafirma a participação popular e o empoderamento das pessoas através do acesso à educação e à informação, e destaca outros determinantes da saúde que são os fatores transnacionais, estes incluem a integração da economia global, os mercados financeiros e o comércio, o acesso aos meios de comunicação de massa e a tecnologia em comunicação, assim como a degradação ambiental devido ao uso irresponsável dos recursos⁽¹²⁾.

DISCUSSÃO

A participação dos membros do Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado - CSBS baseia-se na co-participação de seus membros, compartilhando saberes e práticas através do diálogo e da colaboração de todos, dessa forma o grupo se fortalece, empoderando-se na perspectiva de cuidar de si e do seu entorno, culminando com a promoção da saúde.

A participação capacita o grupo, empoderando-os e, assim, apresenta total relação com a promoção da saúde, principalmente, com relação ao desenvolvimento de habilidades pessoais e reforço da ação comunitária, dois campos de ação da promoção da saúde, que reforça a visão positiva do processo saúde-doença e cuidado, cujas potencialidades individuais e socioculturais para se produzir saúde, deixa de ser um objetivo a ser alcançado, tornando-se um recurso para a vida⁽¹²⁾.

Nessa perspectiva, a participação de todos é primordial para que as pessoas conquistem melhorias em suas condições de vida, bem como contribuir com a formulação de políticas públicas saudáveis e sustentáveis, o que faz revelar a promoção da saúde como integradora e emancipadora por natureza, e a participação no Comitê de Bacia Hidrográfica reforça esse caráter, fortalecendo a cidadania ativa, em que os sujeitos se sentem responsáveis por si, pelos outros e por seu entorno.

Quando os sujeitos do estudo se reportam à participação como consciência social, discutindo os problemas em benefício da coletividade, buscando a resolução de conflitos, estes se apresentam em processo de crescimento, compreendendo a importância de tomada de decisões que vão além de seus benefícios próprios, adquirindo a consciência de que seja necessária para a integração com o outro para um viver saudável em harmonia com a natureza. Isto nos incentiva à reflexão de que no estímulo à autonomia deve estar implícito um incentivo ao viver com solidariedade e com tolerância. Entendendo o outro com iguais direitos na sociedade e em suas diferenças enquanto sujeitos.

Para promover saúde através do Comitê de Bacia Hidrográfica, é necessário agregar diversos setores e diferentes disciplinas, entre elas a Enfermagem, que entre suas ações se encontra a educação em saúde que é primordial para o empoderamento e desenvolvimento da consciência crítica. Desse modo, visualizamos a inserção da enfermagem no Comitê de Bacia Hidrográfica, através da Estratégia de Saúde da Família - ESF já que esses profissionais vêm incorporando a promoção da saúde como elemento integrante de sua área de ação.

A incorporação da enfermagem e de outros profissionais da saúde no Comitê de Bacia Hidrográfica pode contribuir com a política de recursos hídricos que além de objetivar preservar e recuperar águas superficiais e subterrâneas, também busca preservar e recuperar a saúde de indivíduos, famílias e comunidades, pois a água influencia significativamente o nível de vida e saúde das populações.

A inserção da enfermagem é uma via de mão dupla – por um lado trará contribuições por meio de seu saber referentes à promoção da saúde das pessoas e por outro se apropriará de um novo saber que deve ser transversal a todas as áreas do conhecimento – a interação saúde/ambiente através do componente hídrico, pois o cenário mundial apresenta a água como um tema que exige a incorporação de profissionais de saúde, no intuito de que esses profissionais e, particularmente a enfermagem, adquira uma maior compreensão sobre o gerenciamento desse recurso natural, trazendo para esse cenário suas contribuições que culminem com melhoria na saúde e na qualidade de vida das populações.

Ao se apropriar dos princípios da promoção da saúde, tais como, a concepção holística de saúde, voltada para os múltiplos fatores causais do processo saúde-doença e cuidado; a equidade; a intersetorialidade e a participação social⁽¹³⁾, a enfermagem pode contribuir com o modo como as famílias e comunidades usuárias das águas se organizam em função de sua disponibilidade ou a melhor maneira de consumi-la, o que nem sempre ocorre com racionalidade e respeito ao tempo e à qualidade do seu ciclo hidrológico.

Assim, a enfermagem pode se apropriar de outros princípios que também se relacionam com a promoção da saúde, princípios

estes da abordagem ecossistêmica em saúde, que rompe com o modelo unidisciplinar cartesiano hegemônico no qual ocorre um processo de dominação humana sobre a natureza, aprofundando a consciência ambiental, com vistas para o desenvolvimento sustentável e para os ecossistemas saudáveis. Ao utilizar esta abordagem, a enfermagem passa a valorizar a participação e a dialógica, bem como adota os preceitos da interdisciplinaridade e intersetorialidade, envolvendo profissionais de saúde e de outras áreas, usuários dos serviços e sociedade civil na discussão e resolução dos problemas.

Esta abordagem está em consonância com o novo modelo assistencial – a vigilância à saúde - que tem como principal estratégia o Programa de Saúde da Família - PSF com ações de promoção, prevenção e reabilitação da saúde, em que o enfermeiro se constitui profissional-chave na execução das ações e na interlocução com todos os setores, posto que o PSF coloca a equipe multiprofissional mais próxima dos domicílios, das famílias e das comunidades⁽¹⁴⁾.

Assim, a integração entre o Comitê de Bacia Hidrográfica e a enfermagem pode ser executada pela enfermeira da Estratégia de Saúde da Família, pois este profissional por estar mais próximo das famílias e da comunidade pode apresentar um maior conhecimento sobre a realidade sanitária, socioeconômica e cultural de sua área adscrita, contribuindo com as discussões e deliberações do comitê que favoreçam a saúde e à qualidade de vida da população.

Vislumbramos a enfermagem da Estratégia de Saúde da Família (ESF), ampliando seu cuidado, ao inserir em suas atividades de educação em saúde a problemática ambiental, que se relaciona com diversos problemas de saúde das famílias, tais como as doenças diarréicas, parasitoses entre outras, posto ser uma das atribuições do enfermeiro da ESF a educação em saúde, como postula o Ministério da Saúde⁽¹⁵⁾.

Ao fazer a interface com a saúde ambiental através do componente hídrico, a enfermagem constrói estratégias de gestão integrada do meio ambiente na promoção da saúde, compreendendo as representações que todos os membros do comitê têm sobre participação, para que a promoção da saúde se caracterize como um processo em construção, em que as práticas e os saberes são constituídos, em suas raízes, pela exigência de frutificar em ações interdisciplinares.

A promoção da saúde está representando não apenas o poder de ação para problemas biossociais e ambientais, mas, sobretudo, o poder de transformação social, contribuindo com a minimização das diferenças entre os diversos grupos sociais, e entendendo a saúde nesse processo como condição e condicionante de realidades concretas de vida, para a qual a ciência da enfermagem pode ser um aliado na construção de ambientes saudáveis e sustentáveis⁽¹⁶⁾.

As ações voltadas para a promoção da saúde envolve a atuação sobre os determinantes sócio-ambientais da saúde voltadas à melhoria da qualidade de vida das populações, implica no fortalecimento da capacidade individual e coletiva para lidar com a multiplicidade dos determinantes e condicionantes do processo saúde-doença-cuidado⁽¹²⁾.

Dessa maneira, a enfermagem no comitê poderá contribuir para o cuidado integral do ser humano, a partir da relação horizontal, de troca de saberes, cuja aprendizagem é recíproca.

A interface da enfermagem e gestão dos recursos hídricos via

Comitê de Bacia Hidrográfica fazem emergir a reflexão sobre promoção da saúde enquanto qualidade de vida, para tanto se faz imperativo pessoas empoderadas e autônomas, para que busquem um cuidado integral. Acreditamos que a inserção da enfermagem no comitê é a ponte para vencer o desafio de integrar diversas áreas do saber, sociedade civil e usuários na perspectiva de romper com medidas meramente normatizadoras e prescritivas, pois as deliberações do comitê são compartilhadas a partir da discussão, favorecendo a coletividade.

Cabem as instituições de saúde conhecerem o Comitê de Bacia, compreenderem a sua dinâmica e assumirem o seu papel na condução para a atuação de seus representantes no comitê, com direito à voz, ao voto e à representatividade, especificamente da enfermagem, para a condução de discussões com o enfoque na relação saúde e ambiente, pois os comitês de bacia hidrográfica ainda se apresentam frágeis com relação às ações técnicas.

As ações da enfermagem no comitê podem contribuir com a vigilância à saúde, a partir de seu conhecimento técnico e científico, representando um salto de qualidade para o exercício técnico e institucional do comitê, apontando diversos cenários, nos quais o comitê pode ofertar o conhecimento para a comunidade, como escolas, locais de trabalho, comunidades rurais no sentido de oferecer oportunidades práticas para o desenvolvimento de ações e conhecimento das ações do comitê por parte de toda a população, bem como, oportunidade para estratégias integrais de espaços/ambientes saudáveis.

A interface da enfermagem no comitê se apresenta como uma possibilidade de articulação do setor saúde com as ações do comitê de bacia hidrográfica, a partir da responsabilização múltipla pelos problemas e soluções relacionados aos recursos hídricos e que o Comitê tem poder de deliberar.

Assim, vislumbramos para a inserção da enfermagem no comitê a possibilidade de inserção nas câmaras técnicas instituídas pelo comitê, especificamente a câmara técnica de meio ambiente e educação ambiental, trazendo contribuições que julgamos importantes para o desenvolvimento de ações voltadas para educação em saúde ambiental, bem como trazendo os indicadores de saúde de forma a contribuir com a avaliação da qualidade da água para consumo humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar na participação como consciência social, representar a coletividade, ser informado para poder encaminhar, trazer questões locais para discussão coletiva, saber ouvir, discernir o melhor, processo democrático, representa a maturidade alcançada e instituída no grupo, fortalecendo o processo participativo, fundamental para a negociação através do diálogo, chegando a atingir o estágio de co-gestão das águas via Comitê de Bacia Hidrográfica.

Adotando a abordagem ecossistêmica em saúde e buscando seu espaço no Comitê de Bacia Hidrográfica, a integração da enfermagem com todos os envolvidos no comitê se apresenta como uma possibilidade de transformação da realidade a partir da relação saúde e ambiente, entendida como uma relação interdependente, relevante para nortear as práticas de enfermagem na Estratégia

Saúde da Família em consonância com o novo modelo assistencial, no sentido de colocar nas agendas da saúde coletiva e particularmente na saúde da família a inclusão dos problemas ambientais como fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e saúde das famílias.

É fundamental que a enfermagem passe a assimilar o Comitê de Bacia Hidrográfica como um fórum importante de representação, no qual o caráter nitidamente ambiental e as ações antropogênicas que envolve a gestão dos recursos hídricos possam ser incorporados no intuito de ampliar a visão e campo de atuação da saúde, posto que tudo que se refere ao binômio saúde/ambiente necessita de mudanças na percepção do contexto e na postura gerencial. Essa postura gerencial para os membros do CSBHS se apresenta como

compartilhada, integrada e descentralizada.

Ao incorporar em suas atividades o campo ambiental, a enfermagem amplia seu objeto – o cuidado – como mais abrangente e integrador, esse espaço passa a ser fundamental para o desenvolvimento de suas práticas a partir da compreensão das relações vitais do complexo ser humano/ambiente para a promoção da saúde das humanidades, da produção de conhecimentos e da adequação das diferentes atividades a partir de estratégias abrangentes que contribuam com a melhora da qualidade de vida dos seres humanos e sustentabilidade de biotas naturais e sociais. Cremos que a inserção no Comitê de Bacia Hidrográfica pode favorecer esta interação enfermagem/saúde e ambiente a partir de um componente imprescindível a vida – a água – gerenciada pelo comitê.

REFERÊNCIAS

1. Freitas CM, Porto MF. Saúde, ambiente e sustentabilidade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2006.
2. Ministério da Saúde (BR). Textos de Epidemiologia para a Vigilância Ambiental em Saúde. Brasília: MS/FUNAS/CENEPI; 2002.
3. Moraes DSL, Jordão BQ. Degradação de recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. Rev Saúde Pública 2002; 36(3): 370-4.
4. Julião FC. Água para consumo humano e saúde: ainda uma iniquidade em área periférica do município de Ribeirão Preto – SP [dissertação]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo; 2003.
5. Comitê da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Salgado. Bol Inform 2007; 1(1).
6. Lefevre F, Lefevre AMC. O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs; 2005.
7. Lebel J. Salud: un enfoque ecosistémico. Bogotá: Alfaomega; 2005.
8. Bordenave JDE. O que é participação? São Paulo: Brasiliense; 2007.
9. Morgan LN. Community participation in health: perpetual allure, persistent challenge. Health Policy Plan 2001; 16(3): 221-30.
10. Vasconcelos EM. A proposta de empowerment e sua complexidade: uma revisão histórica na perspectiva do Serviço Social e da saúde mental. Rev Serviço Social Soc: seguridade social e cidadania 2001; 22(65): 5-53.
11. Keijzer B. Los discursos de La educación y participación en salud: de La evangelización sanitaria al empoderamiento. In: Minayo MCS, Coimbra Junior CEA, organizadores. Críticas e Atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005, p. 441-71.
12. Ministério da Saúde (BR). Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da saúde. As Cartas de Promoção da saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.
13. Westphal MF. Promoção da saúde e prevenção de doenças. In: Campos G, WS, Minayo MCS, Akerman M, Drumond M, Carvalho YM, organizadores. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2006, p. 635-67.
14. Costa GD, Cotta RRM, Ferreira MLSM, Reis JR, Franceschini SCC. Saúde da família: desafios no processo de reorientação do modelo assistencial. Rev Bras Enferm 2009; 62(1): 113-8.
15. Ministério da Saúde (BR). Departamento de Atenção Básica. Guia Prático do Programa Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde; 2004.
16. Silva KL, Sena RR, Grillo MJC, Horta NC, Prado PMC. Educação em enfermagem e os desafios para a promoção de saúde. Rev Bras Enferm 2009; 62(1): 86-91.